



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO MÉDIO: O QUE PENSAM OS PROFESSORES DA ÁREA DE CIÊNCIAS?

Joquebede Zacarias Alves; Alécia Rodrigues de Abreu; Alana Cecília de Menezes Sobreira; Maria Márcia Melo de Castro Martins (Orientadora).

Universidade Estadual do Ceará. joquebede.alves@aluno.uece.br; Universidade Estadual do Ceará. aleciasales@gmail.com; Universidade Estadual do Ceará. alana.cecilia@uece.br; Universidade Estadual do Ceará. marcia.melo@uece.br.

Resumo

A inclusão de alunos com deficiência na escola é uma realidade que se apresenta como desafio à sociedade, bem como aos processos educativos, os quais devem proporcioná-los um ensino que desenvolva suas potencialidades, que os faça perceber e sentir-se parte de um todo, tendo respeitadas suas singularidades, características físicas, intelectuais e emocionais. Nesse sentido, o objetivo desse artigo foi analisar a realidade da Educação Especial, a partir da percepção de professores da área de Ciências. O estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa e utilizou o questionário como instrumento de coleta de dados. Os sujeitos foram nove professores da área de Ciências de uma escola da rede pública, de Ensino Médio, localizada na cidade de Iguatu - CE. Os professores entrevistados apontaram dados importantes sobre os obstáculos encontrados e as estratégias utilizadas no contexto da inclusão de alunos com deficiência. Os achados dessa investigação permitem constatar que há uma demanda por formação continuada para atuar no campo da educação especial, uma vez que os docentes entrevistados afirmaram não terem vivenciado essa temática em sua formação inicial. Apontaram, ainda, a necessidade de o Estado comprometer-se com a inclusão, pois compete ao poder público oferecer as condições necessárias às escolas para receberem alunos com deficiência, além de capacitar os profissionais da educação para atuar nesse contexto. Os resultados apontam que a inclusão de alunos com deficiência na escola tem sido um assunto amplamente discutido, apresentando-se como uma nova realidade que requer, inicialmente, um projeto que priorize mudanças efetivas nesse campo.

Palavras - chave: Deficiência, Inclusão, Formação Docente.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96) estabeleceu, entre outros princípios, “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e recomendou que a educação para educando com necessidades especiais ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino”. Deste modo, Figueiredo (2002, p. 69) afirma que, “é preciso reconhecer o valor das diferenças como elemento de crescimento dos sujeitos e dos grupos sociais”. Mesmo que a história da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais apresente uma divergência na história de nossa sociedade, carregadas de movimentos e de contradições, a concepção de inclusão foi marcada por um movimento histórico que teve suas origens nas lutas das pessoas com deficiência por acesso à educação.

Segundo Sasaki (1997, p. 41):

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade, como se elas precisassem pagar “ingressos” para integrar a comunidade.

Entretanto, a história geralmente é caracterizada como um processo evolutivo que atravessa um período de constantes mudanças. Antes os alunos com necessidades educacionais especiais eram excluídos das escolas regulares e alocados em instituições para deficientes, agora eles têm o direito garantido por lei à educação e de frequentar as mesmas escolas dos alunos sem deficiência. A LDB 9.394/96 assegurou que a criança deficiente física, sensorial e mental, pode e deve estudar em classes comuns.

Todavia, não se pode atribuir somente à escola a responsabilidade da inclusão escolar, considerando, ainda, que não é a única variável envolvida no processo e desconsiderar uma série de questões importantes. Assim como não se pode atribuir ao aluno, exclusivamente, a responsabilidade por suas dificuldades, não se pode designar exclusivamente à escola e ao professor a responsabilidade pelos obstáculos que devem ser enfrentados/superados.

Contudo, a escola tem o compromisso de atender alunos com necessidades educacionais especiais, em suas especialidades e mais variadas particularidades, e isso é válido para todos, pois



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

através da inclusão o aluno desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima. (...) A relação social é a fonte do desenvolvimento dessas funções, particularmente na criança deficiente mental (VYGOTSKY, 1989, p.109), que se prepara para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor, independentemente das diferenças. Para Baptista (2003, p.50), “a inclusão escolar seria a transformação da escola para receber o aluno, ou seja, a escola precisa se adaptar às necessidades do aluno e não o contrário”. Além disso, é fundamental uma integração não só de alunos, mas também de profissionais de conhecimentos em diversas áreas relacionadas à educação especial.

O principal desafio da escola e do professor é desenvolver uma pedagogia que seja capaz de educar a todos os alunos, sem discriminação, respeitando suas diferenças. Sendo preciso, então, que o corpo docente reveja suas concepções e reconstrua seus objetivos para que estes incluam a aceitação das diferenças. Desta maneira, pode-se “buscar, em cada aluno, as suas qualidades desejáveis, em vez de acentuar ainda mais suas inadequações para determinadas tarefas” (LEITE, 1981, p. 245).

Logo, os profissionais da educação precisam analisar seus métodos e rever suas metas para que incluam os alunos com necessidades educativas especiais, tendo suas demandas respeitadas e levadas em conta na hora da aprendizagem e do convívio social. Nesse sentido, Mittler (2003, p. 236) ressalta:

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a freqüentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar à escola em algum momento no futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados.

A inclusão escolar é uma realidade que merece ser enfrentada de forma contextualizada no cotidiano escolar, deve direcionar o aluno para um ensino que o auxilie, que o faça perceber e sentir como parte de um todo, tendo respeitadas suas características físicas, mentais, emocionais, transformando assim suas práticas, pois a inclusão exige o reconhecimento, a valorização e a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

aceitação da diversidade, a qual contribui para um novo modo de organização do sistema educacional.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou conhecer o que os professores da área de Ciências entendem sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência, tomando como referência suas experiências docentes em sala de aula, com a finalidade de provocar uma reflexão sobre o tema.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório que utilizou a entrevista como técnica de coleta de dados. A pesquisa qualitativa está baseada em textos e na escrita, desde notas de campo até transcrições e interpretações dos resultados das pesquisas como um todo (GIBBS, 2009). A pesquisa exploratória busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto (SEVERINO, 2007). Os sujeitos da pesquisa foram nove professores de uma escola pública do Ensino Médio do município de Iguatu/CE. A entrevista foi realizada por meio de um roteiro contendo seis questões abertas sobre o tema. Durante a pesquisa foi mantido o anonimato dos sujeitos, aos quais identificamos por: Professor A, B, C, D, E, F, G, H ou I.

Resultados e Discussão

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, a qual buscou analisar a realidade da educação inclusiva, a partir da percepção de professores da área de Ciências, bem como as dificuldades enfrentadas pelos docentes ao lidar com alunos com deficiência, no ensino regular, além de buscar conhecer a formação dos professores voltada para a educação inclusiva e as ações metodológicas que possam promover o sucesso desses alunos em sala de aula, os sujeitos foram orientados sobre sua participação na pesquisa e a responder ao roteiro de entrevista. A pesquisa foi pautada no rege os princípios da ética, da não maleficência, da justiça e da equidade além de garantir o anonimato dos participantes.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Quando indagamos os professores sobre sua concepção em relação à Educação Inclusiva, os mesmos relataram que o governo precisa investir no desenvolvimento profissional para os professores, devem adequar os espaços escolares e oferecer melhores condições para que a inclusão possa realmente acontecer.

[...] espero que possa encontrar, num futuro próximo, o Estado preparado para atender as necessidades dos deficientes [...] (Professor A)

A educação inclusiva tem alcançado objetivos e metas surpreendentes, mas acredito que ainda se expandirá mais e mais. Isso se faz necessário, pois constantemente as escolas têm recebidos alunos com diversas necessidades [...] (Professor C)

Que possa realmente incluir de maneira a superar as expectativas, pois por não ter muitos recursos e professores capacitados, acaba não incluindo como deveria [...] (Professor H)

A escola precisa estar adaptada e acessível, fornecendo inclusão e igualdade para todos os alunos, e desse modo promover a valorização das diferenças, pois por muito tempo, o aluno com deficiência vivia isolado da sociedade, e excluído do sistema escolar. Agora, com esse avanço na inclusão escolar, sobretudo na legislação, é preciso fornecer as condições favoráveis para atender às necessidades particulares de cada aluno. De acordo com Souza e Silva (2005), a educação envolve um fator importante de transformação social, desenvolvendo novas propostas em torno de um ensino que atenda a todas as crianças e a suas diferentes necessidades educacionais.

Quanto às dificuldades enfrentadas, os professores destacam:

A principal dificuldade é a elaboração de material concreto (lúdico) para facilitar a compreensão (Professor D).

Falta de qualificação especializada para os professores que estão lidando diretamente com os alunos deficientes (Professor H).

Os professores “acreditam que os conhecimentos que lhes faltam para ensinar as crianças com deficiência ou dificuldade de aprender por outras incontáveis causas referem-se, primordialmente, à conceituação, etiologia, prognósticos das deficiências e que precisam conhecer e saber aplicar métodos e técnicas específicas para a aprendizagem escolar desses alunos” (SILVA; SILVA, 2009, p.84). “[...] acreditam que devem receber a preparação para trabalhar com estudantes com deficiência a partir de uma formação profissional que, vinda de fora (orientações, direção, estado), dê a eles autonomia para atuar” (MIRANDA; FILHO, 2012, p.12).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Quanto às metodologias de ensino, os sujeitos foram indagados sobre quais estratégias poderiam apontar para um ensino de ciências voltado para os alunos com necessidades educacionais especiais, obtivemos como respostas:

Construção de modelos didáticos, vídeos e aulas dinimizadas (Professor D).

Criar algo em que eles possam tocar e compreender aquilo que estou explicando (Professor G).

Ter um tempo para planejamento, pois sempre podemos ter novas idéias (Professor I).

As falas dos docentes situam-se no âmbito das orientações legais (BRASIL, 2006, p.29):

[...] De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações práticas vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida.

A respeito de quais estratégias utilizam para ensinar Ciências aos alunos com necessidades educacionais especiais, os docentes afirmaram:

A utilização desses materiais é extremamente necessária para compreensão da ciência por esses alunos e por isso que existe uma aceitação favorável por parte deles (Professor A).

Sempre produzo materiais em alto relevo para os alunos cegos e para os surdos, tenho o cuidado de mostrar imagens ou fazer comparações para que eles possam ter um melhor aproveitamento. O resultado é excelente, pois, percebo que esses materiais são muito úteis para a aprendizagem deles, e acabam servindo também para os demais alunos (Professor C).

Produzindo material tridimensional e em alto relevo para os deficientes visuais, que gostam, pois facilita a sua aprendizagem (Professor H).

É preciso que os professores procurem maneiras que facilitem o aprendizado dos alunos e aprenda a lidar com as particularidades de cada um. Como aponta Alencar (2006. p.8):

Ajudar o aluno a desenvolver ao máximo os seus talentos e habilidades; Respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno; Incrementar um clima de aprendizagem que faça com que o aluno se sinta valorizado, respeitado e estimulado a dar o melhor de si; Criar estratégias instrucionais que encorajem o estudo independente do aluno e a investigação no contexto do conteúdo específico do currículo que estiver sendo tratado.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Foi perguntado aos professores se, durante a graduação, vivenciaram alguma formação voltada, especificamente, para a educação inclusiva, e se não houve, se eles acreditam que seja necessária uma formação continuada nessa direção.

Não, mas é de suma importância que os cursos para professores tenham cadeiras voltadas para educação inclusiva (Professor F).

Não. Seria importante sim, para que pudéssemos nos aprimorar em nossas aulas e ter mais confiança em trabalhar com a educação inclusiva (Professor G).

A Resolução CNE/CEB nº 2 estabelece que profissional da educação deve ter formação específica na área de educação especial (BRASIL, 2001, p. 78):

[...] competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (Art. 18, § 2º)

Finalizamos solicitando aos professores que apontassem formas para efetivar, com boa qualidade, a Educação Inclusiva nas escolas.

Formação dos professores e disponibilizar materiais para utilização e fabricação dos materiais necessários para as aulas (Professor B).

Um fundo de investimento maior direcionado para a mesma e uma melhor estrutura nas escolas (Professor E).

A meta da inclusão escolar é transformar as escolas, de modo que se tornem espaços de formação e de ensino de qualidade para todos os alunos. A inclusão exige a superação de vários desafios, tais como: estabelecimento de novas formas pedagógicas, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas. Os alunos, as crianças com necessidades educativas especiais, precisam participar ativamente de seu processo de inclusão.

Dessa forma, a concepção de aprendizagem é tida como um processo que sempre inclui relações entre indivíduos, onde há interação do sujeito com o mundo que se dá pela mediação feita por outros sujeitos. “Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no Ensino Fundamental” (BELISÁRIO FILHO, 2005, p. 174).

O desenvolvimento de uma educação inclusiva obriga a grandes mudanças organizacionais e funcionais em diferentes níveis do sistema educativo, a mudanças na articulação dos diferentes agentes educativos, a mudanças na gestão da sala de aula e do currículo e a mudanças do próprio processo de ensino aprendizagem. E como destaca Patrício (2006, p. 169):

Temos que atualizar nossas informações sobre a educação e acreditar que essa nova educação é possível no ensino atual, perceber assim, que estamos entrando numa nova etapa da educação, uma educação sem preconceitos, onde somos todos iguais, e temos direito a uma educação de qualidade melhorando consequentemente nossa qualidade de vida.

A discussão no âmbito da inclusão escolar de crianças com deficiência faz-se extremamente pertinente e necessária, uma vez que é através da inclusão que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a auto-estima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor independente das diferenças.

Conclusões

De acordo com os dados apresentados, a escola pesquisada apresenta sérias fragilidades no tocante à efetivação da Educação Inclusiva e as principais causas relatadas foram: a falta de formação específica para os professores, escassez de investimento por parte dos governantes, ausência de materiais didáticos adequados. Estes são, na maioria das vezes, confeccionados pelos próprios docentes, com o intuito de construir um ambiente favorável para o aprendizado desse público alvo.

Entretanto, faz-se necessário um olhar sensível da escola para assunção de mudanças que venham contribuir para transformações no sistema educacional. Mudanças que demandam melhores condições de estrutura física, suportes de serviços psicopedagógicos e culturais. É preciso compreender essas necessidades e buscar soluções que possam garantir um espaço de qualidade,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

com metodologias adequadas, com professores qualificados, para que o acesso à escola e a permanência dos estudantes nela seja um direito de todos.

Os achados da pesquisa apontam que o futuro da inclusão no ensino regular em nosso país dependerá de um esforço de toda a sociedade (poder público, profissionais da educação, familiares e a própria escola). É necessário que todos tenham os mesmos objetivos e trabalhem numa meta comum, qual seja: garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, E. M. L. S. **O aluno com altas habilidades no contexto da educação inclusiva.** 2006. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAAahUKEwj_bDM7KjHAhWDEpAKHaPWCQ4&url=http%3A%2F%2Fwww.altashabilidades.com.br%2Fupload%2Fpublicacoes_contexto%2520da%2520edu.%2520inclusiva_144939.doc&ei=SAPOVdu5GoOlwASjradw&usg=AFQjCNEMRIu6ELbPbrgXRWcjE2O10b5x6w&sig2=hBx7x9jYIKUEkjrWKFIGjA. Acesso em: 14 ago. 2015.

BAPTISTA, C. R. Sobre as diferenças e desvantagens: fala-se de qual educação especial? In: MARASCHIN, C; FREITAS, L. B. L; CARVALHO, D. C. **Psicologia da educação: multiversos sentidos, olhares e experiências.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. Disponível em: <http://www.facevv.edu.br/Revista/01/A%20INCLUS%3%83O%20E%20O%20ENSINO%20REGULAR.pdf> Acesso em: 29 abr. 2015.

BELISÁRIO FILHO, J. F. **Ensaio Pedagógico: construindo escolas inclusivas.** Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf> acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96,** de 24 de dezembro de 1996. Disponível em:

http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/INCLUSAO_CRIANCAS_PORT_NEC_ESPECIAIS.pdf Acesso em: 29 abr. 2015.

_____. Resolução n. 2. **Institui as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica.** Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília, 2001.

Disponível em: <http://www.facevv.edu.br/Revista/01/A%20INCLUS%3%83O%20E%20O%20ENSINO%20REGULAR.pdf> Acesso em: 29 abr. 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRASIL: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais espaços para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf Acesso em: 29 abr. 2015.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Disponível: <http://www.facevv.edu.br/Revista/01/A%20INCLUS%C3%83O%20E%20O%20ENSINO%20REGULAR.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.

GIBBS, G. **Análises de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LEITE, D. M. Educação e relações interpessoais. In: PATTO, M. H. S. (Org). Introdução à Psicologia Escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981. p. 234 – 257. Disponível: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/psicologia/article/viewArticle/3316> Acesso em: 29 abr. 2015.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. **O professor e a educação inclusiva**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. Disponível: <http://www.facevv.edu.br/Revista/01/DIVERSIDADE%20E%20EXCLUS%C3%83O%20NA%20ESCOLA%20EM%20BUSCA%20DA%20INCLUS%C3%83O.pd> Acesso em: 29 abr. 2015.

PATRÍCIO, G. K. O. Experiência Inclusiva: o preconceito decorre da falta de conhecimento. In: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial. **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva, direito à diversidade**. Brasília: 2006, 170 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf> acesso em: 14 ago. 2015.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/3/Artigo%2010.pdf> Acesso em: 29 abr. 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. M. L.; SILVA, K. V. **Inclusão Escolar: É hora de aprender**. 2009. Disponível em: http://www.fap.com.br/fapciencia/004/edicao_2009/009.pdf Acesso em: 14 ago. 2015.

SOUZA, R. de C.; SILVA, G. S. Desafios para o educador inclusivo. O educador frente à diversidade e à inclusão. **Revista da FACED**, n.09, 2005. Disponível em:



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia_monografia.pdf Acesso em: 29 abr. 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989. Disponível em: http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/INCLUSAO_CRIANCAS_PORT_NEC_ESPECIAIS.pdf Acesso em: 29 abr. 2015.